

- REQUERIMENTO Número /XI (.ª)
- PERGUNTA Número 3966/XI () .ª

Assembleia da República
Secretaria da Mesa
N.º de Entrada 363752
Classificação
2564.02/1/1
Data 10/06/2010

Expeça-se
Publique-se
02/07/2010
Q Secretária da Mesa
<i>Recorreio</i>

Assunto: Instalação de linhas de muito alta tensão no Douro vinhateiro - Património da Humanidade

Destinatário: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Junta de Regulação de SESP/AR, 1
Sra. Secretária da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

10.07.10

Na região do Douro está em curso ou em projecto a instalação de várias linhas de alta e muito alta tensão, bem como o reforço de tensão de linhas existentes, como é possível constatar pela informação disponibilizada pela Redes Energéticas Nacionais (REN) (<http://www.ren.pt/vPT/Electricidade/Transporte/Documents/Rede%20Nacional%20de%20Transporte%20de%20Electricidade%202010.jpg>)

Sendo parte desta região classificada como Património da Humanidade pela Unesco, o que se deve à presença da produção vitivinícola, importa perceber como estão a decorrer estes processos e quais os seus impactes sobre paisagem protegida, factor fundamental de desenvolvimento regional, bem como sobre as actividades económicas locais e a qualidade de vida das populações.

Em visita do Bloco de Esquerda à freguesia de Parada do Bispo, no concelho de Lamego, perto da sub-estação de Valdigem, assistimos à presença elevada de linhas aéreas e à instalação de postes para colocação de novas linhas de alta e muito alta tensão ou para o reforço de tensão das existentes, o que deixa um impacte paisagístico acentuado e é responsável pelo derrube de vinhas.

Pelo que nos foi dado a apurar por produtores vitivinícolas, este processo está a decorrer sem que tenham participado na discussão pública dos projectos em causa, nomeadamente por os mesmos apenas terem sido sujeitos a estudos de incidências ambientais e não a uma Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), o que significa que não estão a ser analisados traçados alternativos nem os impactes cumulativos das várias linhas. Uma das razões para algumas linhas ficarem dispensadas de AIA é o facto da REN proceder à sua divisão em troços, não contabilizando para o seu comprimento global os troços que já se encontram concluídos ou em que apenas ocorra o reforço da tensão.

Além disso, os proprietários estão a receber notificações para a "constituição das servidões

necessárias ao estabelecimento e exploração das linhas", o que significa a impossibilidade de recusarem a instalação de postes e linhas nos locais definidos pela REN, mesmo que sejam terrenos de viticultura ou com actividades turísticas associadas, importantes para a manutenção da produção e a actividade económica local.

É o que está a acontecer na Quinta de Santa Eufémia, uma exploração agrícola já com vários séculos de existência, dedicada à produção e comercialização de vinho do Porto e vinho de mesa para exportação, sendo detentora de diversos prémios internacionais de reconhecimento da sua qualidade. Esta exploração emprega a tempo inteiro dezenas de trabalhadores e também desenvolve actividades de turismo rural, o que é um contributo importante para o emprego, fixação de população e dinamização da economia numa zona e região rural com dificuldades económicas e sociais acentuadas. A pretensão da REN em instalar postes e linhas de alta e muito alta tensão dentro da Quinta e nas suas proximidades, já com uma presença forte destas infra-estruturas, vai colocar em causa a manutenção destas actividades e introduz uma perturbação intensa na paisagem.

Em causa está, aparentemente, a instalação das linhas aéreas 220 kV Armamar – Carrapatelo 1 e 2, apenas sujeitas a um estudo de incidências ambientais, apesar desta se situar nas proximidades ou dentro da zona de património mundial (faixa de protecção de 50 metros), bem como incide numa área já com uma intensa presença de linhas (cruzamento de 5 linhas em Valdigem).

Para o Bloco de Esquerda, considerando o valor ambiental e paisagístico da região do Douro e a importância da vitivinicultura e do turismo em meio rural para promover a economia regional e fixar população, a instalação ou reformulação das linhas de transporte de energia deve ser sujeita a AIA, mesmo quando as mesmas não estão abrangidas pelos limiares em que a sua realização é obrigatória, conforme permite a legislação (a pedido da entidade licenciadora ou dos Ministérios com a tutela do ambiente e do projecto em causa). Só assim é possível avaliar os seus impactes e decidir os melhores traçados, bem como permitir a participação das populações nos projectos e processos de execução.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, as seguintes perguntas:

1 - Considera o Ministério que a instalação ou reformulação de várias linhas de alta e muito alta tensão na região do Douro deve estar sujeita a processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), mesmo quando não abrangidas pelos limiares em que a sua realização é obrigatória?

2 - Que medidas vai o Ministério tomar para que todas as linhas de alta ou muito alta tensão



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

previstas ou em construção na região do Douro sejam sujeitas a AIA, de forma a se analisarem os traçados com menores impactes ambientais, sociais e económicos e os impactes cumulativos das várias linhas?

3 - Confirma o Ministério a divisão das linhas de alta e muito alta em troços, por parte da REN, para efeitos de isenção de AIA? Vai o Ministério actuar para evitar que esta situação se continue a verificar?

4 - Porque motivo a instalação das linhas aéreas 220 kV Armamar - Carrapatelo 1 e 2 não foi sujeita a AIA, estando já a ocorrer a implantação dos respectivos postes no terreno? Vai o Ministério travar o projecto em curso e obrigar à realização de AIA, nomeadamente para estudar traçados alternativos que não impliquem a afectação da zona de património mundial e da actividade vitivinícola presente?

Palácio de São Bento, 29 de Julho de 2010.

A Deputada

Rita Calvário